

ENTREVISTA

a Vicente Nunes
Da equipe do Correio

Francisco Dornelles

“A informalidade é melhor do que o desemprego”

Jorge Cardoso 3.2.00



Dornelles acha um absurdo o fato de metade dos brasileiros atuar no mercado informal: “Isso significa que metade rejeita a atual legislação”

Correio Braziliense — No ano passado, o Brasil registrou recorde na criação de postos de trabalho, desde 1995. Sp que das 418 mil vagas 94% foram no mercado informal. Como se explica isso?

Francisco Dornelles — Realmente não há muitos motivos para comemorações. O governo está muito preocupado com o crescimento do trabalho informal. Temos que combatê-lo com intensidade, apesar de sabermos que a informalidade é melhor do que o desemprego. Para se criar estímulos ao trabalho formal, precisamos discutir até que ponto a legislação trabalhista está empurrando os trabalhadores para a ilegalidade. É um absurdo que metade da População Economicamente Ativa (PEA) do país, de 70 milhões de pessoas, esteja no mercado informal. Isso significa dizer que metade dos trabalhadores rejeita a atual legislação.

Correio — Com esse discurso, o senhor acredita que o governo conseguirá aprovar, ainda este ano, as mudanças na legislação trabalhista?

Dornelles — Nós não queremos mudar a atual legislação. Há muitas pessoas que gostam dela. E mais: não queremos acabar com nenhum direito trabalhista,

com o Fundo de Garantia e o 13º salário. Quem disse isso, quando o governo alertou sobre os problemas na legislação, usou de má-fé ou é ignorante.

Correio — Mas o que deseja então o governo?

Dornelles — O que nós queremos é criar um sistema paralelo à atual legislação. Ou seja, instituir um sistema no qual, quando quiserem, os sindicatos possam fazer negociações que não sejam consideradas constitucionais. Há pouco tempo, assistimos a negociações entre a Ford e as centrais sindicais para a redução de salários e de jornada de trabalho. Mas o Ministério Público as considerou ilegais, o que foi ratificado pela Justiça. No sistema paralelo, não haverá espaço para contestações. Todos poderão negociar seus diretos, quando quiserem e pelo tempo que desejarem. Se não gostarem do novo sistema, poderão voltar para o regime atual. É melhor a pessoa trabalhar num sistema negociado do que não ter direito nenhum.

Correio — Onde o senhor identifica os principais focos de resistências à possibilidade de negociação dos direitos trabalhistas?

Dornelles — Eu não vejo grandes focos de resistências. Mas, de qualquer forma, o Ministério do Trabalho precisa intensificar o

diálogo com a sociedade. Se um dia encaminharmos alguma proposta ao Congresso, ela será resultado de um consenso. Legislação trabalhista não se pode impor de cima para baixo. Tem que ser resultado do entendimento.

Correio — Na sua opinião, onde está o maior número de trabalhadores informais?

Dornelles — A grande margem da informalidade está nas micro e pequenas empresas. Elas têm grande dificuldade em discutir os assuntos trabalhistas. Assim, temos que pensar em uma situação diferenciada para o setor e abrir o diálogo. No lado fiscal, por exemplo, conseguimos, depois de muitos debates, chegar a um sistema simplificado de pagamento de impostos, o Simples. Isso foi um avanço excepcional. Assim como o Refis, programa que permite o parcelamento das dívidas das empresas com o governo, de acordo com a capacidade de pagamento de cada uma delas. O Refis, para mim, é o maior avanço na área fiscal dos últimos quarenta anos. Não há dúvida de que todas empresas, independentemente do tamanho, sofreram com o choque da abertura do país, com o choque dos juros, com o choque do câmbio. As empresas estavam morrendo. Agora, com a possibilidade de arrumarem o passado,

vão poder voltar a produzir, a criar empregos e a gerar renda.

Correio — Há, também, um grande mercado informal no setor rural...

Dornelles — Sim, não há como negar isso. Tanto que estamos lançando o condomínio rural,

sistema que permite a vários produtores rurais se unirem para contratar bôjas-frias, garantindo emprego por todo o ano com carteira assinada. Haverá, portanto, um rateio dos custos trabalhistas entre os empresários. Só esse programa vai tirar mais de 1 milhão de trabalhadores da informalidade. O primeiro condomínio foi criado no mês passado em Unaí, Minas Gerais. Nas áreas urbanas, acreditamos que a Comissão de Conciliação Prévia contribuirá muito para a redução do trabalho informal, pois vai reduzir as pendências trabalhistas, estimulando novas contratações.

Foi criado, ainda, o rito sumaríssimo para resolver de imediato processos abaixo de R\$ 5.400.

Correio — O governo se comprometeu com uma meta ambiciosa de criar 8,5 milhões de postos de trabalho até 2003. O senhor acredita ser possível cumprir a promessa?

Dornelles — Isso está previsto no Plano Plurianual, mais conhecido como Avança Brasil.

Com a execução dos projetos, da ordem de 330 bilhões, vamos absorver 7,2 milhões de pessoas que entrarão no mercado de trabalho nesse período e recuperar 1,3 milhão de vagas que hoje estão fechadas. Mas, para atingir essa meta, temos que consolidar as reformas estruturais, para restabelecer a capacidade do governo de investir e abrir espaço para queda maior das taxas de juros.

Correio — Essa promessa surge justamente num momento em que estudos apontam o Brasil como o terceiro país com o maior número de desempregados do mundo...

Dornelles — É lógico que, quando se leva em conta os números absolutos, as maiores massas de desempregados vão sempre estar nos países mais populosos, como o Brasil. Da mesma forma que não concordo com isso, eu também questiono os estudos que apontam o Brasil como a oitava ou a nona economia mais rica do mundo. Trata-se de um critério distorcido. A Suíça, por exemplo, é a centésima? O importante é que o padrão de vida na Suíça é muito melhor do que o do Brasil.

Correio — Diante dos índices tão altos de desemprego, o governo está fazendo algum tipo de controle para a entrada de trabalhadores estrangeiros no país?

Dornelles — Tivemos que apertar o cerco sobre as autorizações para estrangeiros trabalharem no Brasil. Detectamos registros em que pessoas afirmavam que iriam receber R\$ 1 mil por mês para ocupar vagas muito sofisticadas. Nesses casos, o primeiro pensamento que vinha era se o diploma apresentado era falso ou se tratava de um sonegador. De 1998 para 1999, as autorizações caíram de 4.500 para 2.200.

Correio — O senhor acredita ser possível atingir crescimento econômico de 4% neste ano?

Dornelles — As linhas de crédito para financiar o comércio exterior do país foram restabelecidas e mercados consumidores dos produtos brasileiros como a Ásia e a América Latina estão dando sinais de reativação. Além disso, com a mudança na política cambial está havendo um processo de substituição das importações, impulsionando a indústria. Há, também, um boom no turismo. Para conseguir uma vaga em hotéis em várias regiões do país é preciso ter pistolão.

O governo vai propor a criação de um regime paralelo à atual legislação trabalhista para reduzir o número de pessoas na informalidade. O ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, diz que a idéia é permitir que os trabalhadores possam abrir mão de direitos sem que isso seja contestado judicialmente. “Não podemos permitir que 35 milhões de brasileiros continuem na ilegalidade”, afirma, descartando, porém, qualquer medida repressivas contra o trabalho informal. Para quem se preocupa com os estrangeiros trabalhando no país, uma notícia: o número de autorizações caiu de 4.500 em 1998 para 2.200 em 1999 porque o governo está sendo mais rigoroso. “Detetamos registros em que pessoas afirmavam que iriam receber R\$ 1 mil por mês para ocupar vagas muito sofisticadas”, diz. O ministro acredita que o crescimento na economia e os investimentos do Programa Avança Brasil permitirão ao governo cumprir a promessa de criação de 8,5 milhões de postos de trabalhos até 2003.

Com um veemente discurso em defesa do capital nacional, Dornelles afirma que o presidente Fernando Henrique chegará ao fim de seu segundo mandato com alto índice de popularidade.